

CRÍTICA FILME | HONESTINO

POR RODRIGO FONSECA



Luciana Melo

Um filme que fere a (in)dignidade dos isentões

Existe um cinema fascinante, que consegue a um só tempo ser personalista e territorial, capaz de radiografar pessoas (ao âmago existencial) e mapear os ambientes existenciais onde se esgueiram que, a partir desta quinta-feira, vai ganhar holofotes à altura de sua grandeza: a usina de narrativas de DNA amazonense (apesar do CEP paulistano) chamada Aurélio Michiles. Dick Tracy de Manaus, ele não usa gestos bruscos, gravitando no docudrama com a sobriedade de quem quer preservar matrizes de arquivo e registros factuais dos tornados da fabulação. Ao mesmo tempo, encena reconstituições ficcionalizadas com cargas quase brechtianas de distanciamento, sem se deixar levar por uma épica de catarses. Seu novo filme, “Honestino”, estreia nesta semana, merecendo (com loas) o posto de melhor documentário brasileiro do ano. Até agora, nada que chegou ao circuito no registro documental (e teve muita coisa boa, vide os recentes “Anatomia do Caos” e “A Noite de Aláide”) bate esse mergulho nos anos de

chumbo, coroado com o prêmio de Melhor Montagem no Festival do Rio de 2025. Pode ser que os longas de Sabrina Fidalgo e Susanna Lira, que hão de se tornar conhecidos no Festival de Gramado, a partir desta sexta, venham a destronar Michiles do pódio. Um, “O Projeto”, flagra as chagas do racismo e, o segundo, “Gonzaguinha, Da Maior Liberdade”, biografa um trovador de ousadas. Muito se espera de ambos, assim como muito era exigido do realizador de “O Cineasta da Selva” (1997), em sua revisão da ditadura, e ele foi além das expectativas.

Festival do Rio de 2025. Pode ser que os longas de Sabrina Fidalgo e Susanna Lira, que hão de se tornar conhecidos no Festival de Gramado, a partir desta sexta, venham a destronar Michiles do pódio. Um, “O Projeto”, flagra as chagas do racismo e, o segundo, “Gonzaguinha, Da Maior Liberdade”, biografa um trovador de ousadas. Muito se espera de ambos, assim como muito era exigido do realizador de “O Cineasta da Selva” (1997), em sua revisão da ditadura, e ele foi além das expectativas.

Em 2026, a Não Ficção nacional ainda procura um fenômeno de

público. Até agora, a maior receita desse registro narrativo pertence a “Zico, o Samurai de Quintino”, de João Wainer, que levou cerca de 35 mil espectadores às salas. É um número expressivo num mercado que tem encontrado dificuldades para aliar excelência estética a lucros altos. Aliás, nada, mesmo no âmbito ficcional, feito aqui funcionou na venda de ingressos como esperado, com “Velhos Bandidos”, de Claudio Torres, a encabeçar o pódio com cerca de 430 mil pagantes. “Honestino”, porém, chega com fôlego, embalado em críticas derramadas. Trata-se de um filme que não apenas recupera um personagem histórico, mas encontra uma linguagem própria para fazer o passado voltar a respirar.

É difícil falar dele sem citar o paraibano de Itabaiana radicado no DF Vladimir Carvalho (1935-2024), que tratou do mesmo universo em “Barra 68” (2000). Seu melhor .doc, “País de São Saruê” (1971), foi vetado de todas as formas pelos militares com uma tarja letal: “este filme fere a dignidade nacional”. No caso de “Honestino”, ele fere indignidades. Sobre tudo as

de quem se define como “isentão” — leia-se “a classe média no geral”.

Um dos últimos registros anexados à ficha do estudante Honestino Monteiro Guimarães (1947-1973) no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) data de 7 de fevereiro de 1975. O documento reproduzia um comunicado do Ministério da Justiça da ditadura brasileira, empenhado em desqualificar a memória do militante da Ação Popular (AP), tratado como “subversivo” e apresentado como alguém que estaria “foragido”. Era uma tentativa burocrática de converter um desaparecido em culpado. Michiles faz o movimento oposto: devolve humanidade ao homem que o Estado tentou apagar.

Honestino ingressou em Geologia na Universidade de Brasília, em 1965, e tornou-se uma das figuras centrais do movimento estudantil brasileiro. Depois do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, passou à clandestinidade, vivendo em São Paulo com sua companheira, Isaura. Entre 1969 e 1971, acumulou a militância na AP com a direção da União Nacional dos Estudantes (UNE). No fim de 1971,

transferiu-se para o Rio de Janeiro. Tinha 26 anos quando foi preso por agentes do Centro de Informações da Marinha (Cenimar). Desde então, permanece desaparecido.

A operação de Michiles é particularmente poderosa porque o desaparecimento é um tema recorrente de sua filmografia. Em “O Cineasta da Selva”, o diretor investigou a memória de Silvino Santos; em “Tudo por Amor ao Cinema” (2014), voltou-se para os mecanismos de preservação da cinefilia, falando de Cosme Alves Netto (1937-1996) na direção da Cinemateca do MAM; em “Segredos do Putumayo” (2020), seguiu as pegadas de um genocídio a fim de expor criminosos. “Honestino” articula essas preocupações: há familiares, amigos e companheiros de militância reconstruindo a trajetória do personagem, mas há também um corpo que precisa ser devolvido à História.

Esse corpo é o de Bruno Gagliasso, cuja atuação constitui uma das grandes surpresas do filme. É, de longe, a melhor atuação do ano, nas telonas, entre o que já foi lançado (quando “Feito Pipa” estreou a gente refaz os cálculos). De uma inflamabilidade contagiante, o ator não procura simplesmente reproduzir Honestino, mas encarná-lo como presença, memória e ausência. Seu desempenho é físico, espiritual e, ao mesmo tempo, cheio de dúvidas. Gagliasso compreende que a tarefa não é fabricar um herói sem fissuras, mas recuperar um jovem que viveu as contradições de seu tempo. O resultado é uma interpretação que dá ao filme uma dimensão quase ritual: o desaparecido retorna não como estátua, mas como homem.

O cárcere se transforma, então, em arena política e espaço de encenação. A edição premiada de André Finotti costura documentos, depoimentos, silêncios e imagens com ritmo tão taquicárdico quanto os dos thrillers políticos de Costa-Gavras (“Z”), fazendo da fragmentação um veio de expressão. Michiles sabe que, em regimes autoritários, a comunicação também pode ser uma trincheira. Cada palavra recuperada, cada documento confrontado, cada lembrança familiar funciona como uma pequena vitória contra o apagamento.

A trilha de Flávia Tygel evita a tentação de sublinhar sentimentos, criando antes uma atmosfera para a memória, enquanto a fotografia de André Lorenz Michiles aposta em cores intensas. É uma escolha coerente com o projeto: “Honestino” não quer parecer um documento envelhecido sobre um período sombrio, mas um filme vivo sobre uma ferida que ainda não cicatrizou. Até porque o Brasil continua discutindo o que fazer com os fantasmas de sua ditadura. Conta com filmes notáveis para isso.